

liberdade de se repensar, mesmo perante todas estas exigências e urgências da construção europeia e do progresso económico.

E gostaria de deixar uma pergunta final: que elite de poder hoje em Portugal é capaz de proclamar que a Educação não tem apenas por função formar especialistas adequados para a evolução do mundo do trabalho, generalistas com capacidades de iniciativa, etc., etc., mas também pessoas livres, capazes de entrarem neste jogo dinâmico de evolução das sociedades, que é um jogo de ordem e de desordem, de competitividades e de solidariedade, de identidade cultural e de internacionalização da economia, de participação e disciplina, enfim, que é sobretudo desenvolver o sentido de se ser, antes de se fazer. Quem ousará no Portugal de hoje dizer isto em política educativa?

DEBATE

Prof. Doutor Marçal Grilo

Estou estupefacto com a quantidade de temas que o Conferencista e os Moderadores tocaram ao longo das suas intervenções. Delas retive algumas ideias que me parece importante tentar introduzir agora no debate.

A primeira - "o vendaval da mudança". Considero pertinente sublinhar este aspecto na lógica em que o Prof. Ernâni Lopes aqui fez

e, sobretudo, na lógica de saber e de auscultar se existe, de facto, consciência deste "vendaval da mudança".

A segunda - saber se o sistema educativo e os seus intervenientes estão conscientes deste "vendaval da mudança". E se, estando conscientes, são capazes de encontrar as formas e as atitudes de resposta a dar-lhe. Isto num pressuposto: é que o sistema educativo não é nem uma matéria de professores, nem uma matéria de estudantes, nem uma matéria do Governo, é, sim, uma matéria que engloba hoje um conjunto muito vasto de protagonistas e que é aquilo que a sociedade civil for, muito mais do que aquilo que for o poder instituído.

Um terceiro pensamento relaciona-se com dois aspectos que o Prof. Fraústo da Silva aqui colocou, e que complementam uma ideia importante aludida pelo Prof. Ernâni Lopes: a falta de memória histórica e o grande movimento de regeneração. São dois temas importantes para os participantes neste Seminário, pois alguns deles tiveram, e têm, grandes responsabilidades no sector educativo. Pessoalmente, penso que ela se está a perder nalguns sectores. Deixo-vos também este importante tema para o debate.

Quarta ideia, que também gostaria de ver aqui abordada e que foi lançada pelo Prof. Fraústo, é o da "Educação - fenómeno a longo prazo". É que o facto de se dizer que a Educação é um fenómeno a longo prazo tem consequências imediatas no curto prazo. É preciso saber como é que se actua hoje, na lógica de que a educação é um fenómeno de longo prazo.

Um tom muito interessante foi dado pela Prof^ª Teresa Ambrósio, quando afirmou que é possível encontrar em Portugal, factores de mudança e quando disse, nomeadamente, que Portugal, à sua escala, acompanha a evolução nos sectores da cultura, da ciência, da investigação, etc. Considero que isto é relevante, porque tem a ver com as capacidades intrínsecas e com os recursos de que nós dispomos.

A penúltima nota e que foi colocada pelo Prof. Ernâni Lopes, é uma longa questão que vem sendo muito debatida em diversíssimas circunstâncias: é o problema das élites, a quem eu acrescentaria o problema dos decisores. Trata-se de um sério problema do país: não basta apenas formar um corpo de quadros muito qualificados, é preciso encontrar os meios e os mecanismos onde estes mesmos quadros possam desenvolver a sua actuação. Não é suficiente formar quadros qualificados, é necessário que a sociedade tenha os meios, os locais e os entrepostos onde eles possam desenvolver a sua actividade.

Finalmente, um último sublinhado: a sociedade como conjunto de sistemas sociais, que foi levantada pela Prof^ª Teresa Ambrósio e também já anteriormente abordada. Parece-me uma noção muito interessante, particularmente quando um desses sistemas sociais é o sistema educativo, naquela perspectiva de que os sistemas servem para as pessoas e não as pessoas para os sistemas.

Dr. Salvado Sampaio

A primeira observação que faria ao tema, embora não tenha entrado propriamente na área que melhor conheço, é a assepsia no seu tratamento. Esta assepsia revela-se de uma maneira muito mais significativa quando se refere o problema da escolaridade obrigatória, porque as determinações a este assunto feitas no nosso País durante este século foram todas marcadas por razões de natureza predominantemente política. Suponho eu que Portugal foi o único país da Europa em que o período da obrigatoriedade escolar diminuiu de 5 para 3 anos no tempo do saber ler, escrever e contar, e no tempo em que se fazia a apologia do próprio analfabetismo.

Lembraria em traços breves que o conflito que houve dentro do salazarismo entre o sector desenvolvimentista do Prof. Leite Pinto e o sector do Prof. Galvão Teles manifestava-se, por exemplo, em haver alternadamente uma via única para o 5º ou 6º ano de escolaridade, ou haver 3 vias, como estabeleceu o Prof. Galvão Teles. Lembraria ainda o conflito que houve, na discussão da Lei de Bases do Sistema Educativo, em relação ao prolongamento da Escola Única para 9 anos ou a sua bifurcação, com a acusação totalmente infundamentada de que, com o 25 de Abril, se tinha extinto o ensino técnico-profissional, o que é, no mínimo, um grande disparate.

Acho que a componente política é, simultaneamente, necessária para percebermos os problemas, e difícil, por uma razão simples: é que muitas vezes os enunciados não correspondem aos objectivos reais. Entendo que o que se está a fazer actualmente no campo do ensino é a

continuidade de uma linha nitidamente tradicionalista e, desculpem referir-me ao Prof. Fraústo da Silva, considero talvez excessivo o desencanto que revelou na sua intervenção, porque realizou uma obra extremamente válida à frente de uma equipa, obra essa que tem importância para o país, independentemente da sua concretização.

A última coisa para que eu queria alertar é a necessidade de um movimento de regeneração, que tem grande importância no campo escolar e no campo dos quadros. Ele não é viável neste país sem uma democracia social. E disse.

Dr. Jorge Baptista

Pertenço a uma geração que sonhou com a "revolução", tentaram adormecê-la com a "estabilidade", e que agora pretendem assustar com a "mudança".

Hoje, como biólogo, afirmo: todos estes termos correspondem ao mesmo, trata-se, apenas, de evolução.

A evolução não começa quando nós queremos, nem acaba quando desejamos. Direi que a intervenção do Prof. Fraústo não é pessimista, é, antes, realista. A educação tem de ser um processo que desenvolva

A evolução não começa quando nós queremos, nem acaba quando desejamos. Direi que a intervenção do Prof. Fraústo não é pessimista, é, antes, realista. A educação tem de ser um processo que desenvolva no indivíduo a criatividade, pois é o ecletismo criativo que permitirá a sua adaptação às diferentes situações e condições que enfrentará no futuro. Para tal, é fundamental uma integração correcta do ensino, da ciência, da cultura e da técnica, sempre na base dum espaço de criatividade. E é isto que, como educador, de momento me preocupa mais.

Não podemos utilizar o sistema educativo para, a nível do Estado, funcionarmos como "pais" que projectam para os seus filhos um futuro (que é o nosso), porque, senão, os nossos alunos (que verdadeiramente não são nossos filhos...) vão actuar como se fôssemos os seus pais, dizendo: "O futuro é meu e sou eu que o vou definir!".

Não podemos cair no erro de, à partida, ter tudo determinado. A indeterminação, o próprio acaso, são também mecanismos da evolução.

E é isso que torna esta evolução aliciante, quer lhe chamem "revolução", "mudança", ou a queiram esquecer, chamando-lhe "estabilidade".

Prof. Doutor Orlando Lourenço

Ouvi com atenção e agrado o conferencista, Prof. Ernâni Lopes. Permita-me, contudo, que proceda a uma expressão de sentimentos, por um lado, e que lhe ponha uma questão, por outro.

Ao ouvi-lo, e começa aqui a minha expressão sentimentos, lembrei-me muito do psicólogo do desenvolvimento Jerome Bruner, da Universidade de Harvard, e lembrei-me mais ainda de um livro que ele publicou recentemente (1986): "Mentes reais, mundos possíveis". Como sugere o título, tal livro clama, provocativamente, que a capacidade humana para a construção devia ser mais realçada do que a própria realidade, seja ela física ou económica. Transporta para a comunicação que o Prof. Ernâni Lopes nos apresentou, essa ideia de Bruner colocaria a Economia na dependência da Educação. Se bem percebi, o Prof. Ernâni Lopes prefere pensar a Educação na dependência da Economia. A ideia não me agrada e prefiro ser, aqui, Bruneriano!...

A questão que lhe queria pôr era a seguinte. Na parte final da sua exposição dizia, com muito agrado meu, que um dos objectivos do sistema educativo devia ser o de formar alunos-cidadãos, ou seja, alunos cultos. Durante a sua exposição, contudo salientou, por diversas vezes, que a escola devia, sobretudo, preparar a pessoa para competir

(espero não estar a deformar o que o Prof. Ernâni Lopes quis dizer). Parece-me que constato nas suas palavras uma grande contradição. Não percebo muito bem como é que o objectivo da educação para o tal cidadão culto se compatibiliza com o objectivo da formação da pessoa para competir. Afinal, quais são, para si, os objectivos fundamentais da educação: ensinar a pessoa a competir, ou a cooperar?

Permita-me que antes de ouvir a sua resposta, lembre aqui, enquanto psicólogo do desenvolvimento, um facto da psicologia do desenvolvimento moral, facto que é tanto mais curioso quanto aconteceu na sociedade Americana, sociedade altamente competitiva, como todos sabemos. Estou a referir-me ao facto de, nos anos 80, o livro de Carol Gilligan, mundialmente associado às preocupações com o outro e à responsabilidade social, não à competição (trata-se do livro "De uma Voz Diferente", publicado em 1982, pela Harvard University Press), ter sido um "best-seller" nos "campus" universitários Americanos. Isto parece dar a entender que a própria sociedade Americana começa a estar farta da tal pessoa para competir, de que nos falava o Prof. Ernâni Lopes na sua comunicação. Também gostava de ouvir a sua opinião a este respeito.

Prof. Doutor Namorado Rosa

Ouvi com muito interesse estas intervenções estimulantes. Permitia-me fazer um comentário: tenho a consciência que corremos um pouco o risco de utilizarmos palavras que são novas, que podem ser palavras-chave - não digo chavões -, sem que estejamos todos a atribuir-lhes o correcto e mesmo sentido. Eu quero evitar, portanto, isso.

Queria dizer que os problemas da determinação exterior e das interdependências, que o Prof. Ernâni Lopes mencionou e que são certamente muito importantes, não são mais do que outras manifestações daquilo que ultimamente se refere como problemas globais. Ou seja o mundo é cada vez mais interdependente; ora, a interdependência implica a instabilidade e a complexidade dentro de cada sociedade e nas relações entre as várias sociedades. Isso não tem de ser só reconhecido na determinação exterior quanto à evolução económica e social do país em relação à comunidade europeia, penso que tem de ser entendido totalmente, em todas as suas condicionantes e consequências e em todos os seus aspectos. Assim sendo, também penso que a Educação é ela um problema global de toda a sociedade e não de um determinado país e sociedade em particular, nem de um determinado subsistema desse país.

Portanto, como problema nacional que também é, a educação tem de ser assumida por toda a nossa sociedade. Não se pode esperar que a escola resolva todos os problemas da educação e da sociedade. Têm de ser todos os vários agentes e subsistemas a contribuírem para a

educação. Não se pode considerar a educação fora do contexto do poder político, da comunicação social e da Crise multifacetada que afecta toda a sociedade e a própria escola. Temos de reconhecer a forte interdependência entre os vários agentes e subsistemas que actuam no objectivo da educação e a sua interdependência face ao exterior. Por isso, penso que, embora precisemos de nos preocupar com o sub-sistema da educação, os problemas não se resolvem no quadro do sub-sistema educativo apenas.

Eu diria mais que as questões da memória histórica, da mudança de gerações e da educação/informação, são todas aspectos importantes do problema da transformação contínua da sociedade, de geração em geração, em que a escola tem um papel fundamental a desempenhar, mas que não se processa unicamente no seio da escola, pois também dentro de muitas outras estruturas sociais. No passado, havia o peso da Igreja, das hierarquias política e militar, o peso das instituições e da família. Hoje olhamos com grande expectativa para a escola esperando que ela resolva a Crise. Mas temos que pensar que a escola não pode sozinha resolver todos os problemas que afligem a sociedade e que ela é apenas uma peça da evolução da sociedade. Os poderes públicos e os vários agentes sociais e económicos têm de ser chamados às suas responsabilidades.

Obrigado.

Prof. Doutor Ernâni Lopes

Senhor Presidente, Minhas Senhoras e Meus Senhores, neste debate, o manancial de questões que foram postas e apresentadas, algumas até, mesmo, trabalhadas, contém várias ideias importantes e eu só queria informar-vos que escrevia várias páginas reflectindo a qualidade das intervenções. É impossível, julgo eu, tratá-las no seu conjunto, pelo que gostaria apenas de seleccionar umas 3 ou 4.

Começo pela pergunta do nosso colega, Doutor Orlando Lourenço, que ao levantar a questão da tónica na competição e a eventual contradição, sublinhou muito bem, com aquela ideia, que julgo que muitos de nós perfilhamos, de ver o aluno como um cidadão culto e um instrumento hábil de produção. Senhor Doutor, julgo que, primeiro de tudo, detectar uma contradição formal, está muito bem. Mas, ao detectarmos essa contradição formal e se o fizermos, creio que ficamos exactamente por esse nível. Ao irmos um degrau mais abaixo, esta aparente contradição fica mais que resolvida, fica mesmo ultrapassada para um degrau superior. A competição a que eu me referi, (e ainda bem que pôs a questão), é a competição na economia mundial, que provavelmente quase nada tem a ver com a competição a nível individual, para utilizar uma linguagem que é querida aos Estados Unidos, do "yuppie". Hoje em dia, aquele este termo já está em desuso; a cotação das Bolsas de Nova Iorque ajudou muito a acabar com esse mito aí, por alturas do Outono de 1987, o que até foi muito útil porque, no meio de tanta aldrabice no mundo, essa foi menos uma. Por isso, eu queria acentuar que, quando falei em competição, fi-lo chamando a atenção, e repito, para uma realidade elementar. Devo

dizer-lhes que não me prenuceiei se acho bem ou se acho mal, se estou de acordo ou em desacordo; apenas chamei a atenção para uma realidade elementar e, por mais que a Prof^ª Teresa Ambrósio, com toda a razão, se revolte, a sua revolta é irrelevante. A competição das economias mundiais está lá, quero eu dizer, está cá, no nosso mundo, para bem ou para mal. Nisso devo dizer-lhes que sou de uma insensibilidade total - limitei-me a verificá-la e a não a esquecer.

Em contrapartida, já emiti uma opinião, um juízo de valor, já dei um sinal sobre o que é que eu acho bem, quando digo que: nós devemos formar cidadãos cultos. Isso não! É uma opinião que eu não contesto, mas isso dito em japonês deve ser muito difícil. Essa expressão, em português ou em inglês, é utilíssima; mas, em japonês, deve ser muito difícil e o problema é que eu sugiro que o Senhor Doutor vá aos supermercados e veja os produtos que se vendem. O que dá o emprego, é a mais-valia, é o que permite a acumulação de capital, é o que permite que as sociedades funcionem. Julgo que a grande exigência que, apesar de tudo, nós podemos ter e que me permite a ousadia de o dizer nesta sala, é a ambição - na Europa e, de caminho, em Portugal - de sermos capazes de ser economicamente competitivos, salvaguardando padrões de nível cultural. Julgo que isso é possível e é este o ponto em que estou de acordo consigo.

Também queria referir o que, com toda a clareza, o Senhor Doutor muito bem mencionou - a competição vs "care" num mundo altamente competitivo, como por exemplo nos Estados Unidos, embora possamos presentemente questionar se ainda o é tanto como já foi. Concordo, mas note-se que a "care" é para tratar os que foram postos

fora do circuito pela competição perdida. De qualquer modo, eu queria sobretudo sublinhar, porque acho que teve muita razão em a apontar, a aparente contradição formal e tentar pô-la em termos de esclarecimento. Insisto: todos nós vivemos um problema de competição a nível mundial: não se trata apenas de um problema da C.E.E., do mercado interno e de Maastricht. Se fosse apenas Maastricht, seria algo relativamente simples de resolver. Isto é um primeiro ponto que eu gostaria de abordar.

Queria colocar um segundo ponto, que me permite caminhar para outro aspecto relacionado com a intervenção do Dr. Salvado Sampaio: quando me referia ao ensino obrigatório, não estava a falar das vicissitudes da vida portuguesa dos últimos 20, 30 ou 40 anos. Estava, sim, a falar da sua introdução no final do séc. XIX, que revolucionou todo o sistema educativo e, com ele, as sociedades.

Continuando, onde queria verdadeiramente tocar é num comentário do comentário, quando o Dr. Salvado Sampaio mencionou o "desencanto" do Prof. Fraústo da Silva. Aproveito esta citação para repescar, aquilo que o Prof. Fraústo da Silva disse. Acho que a sua intervenção valeu a tarde; os senhores estavam dispensados de ter que me ouvir, porque o que o Prof. Fraústo disse foi o que valeu a pena da deslocação. Eu, além de estar a ouvir com muita atenção, tomei sobretudo apontamentos. Acho que o que o Prof. Fraústo disse foi algo de grande qualidade. É a grande vantagem de ser eu a falar em último lugar - posso dizer estas coisas.

De todos os assuntos, muito importantes, de que o Prof. Fraústo da Silva falou, gostava de respigar 3 ou 4, começando pelo que considero o mais difícil. Aquela conclusão que ele tirou, que julgo eu

deveria ter tirado - mas nunca tirei - embora pensasse que alguém jamais viesse a tirar. No final da sua intervenção, Prof. Fraústo da Silva fez uma chamada de atenção: "sem um poder, não é possível conformar ..." Considero que há aqui algo que devemos aprofundar seriamente. Desde logo, parece-me demasiado fácil uma abordagem ao poder através da gestão autoritária de uma sociedade que, no fundo, era aquilo a que o Prof. Fraústo, muito bem, estava a reagir, com o grande mérito de nessa reacção não só estarmos dois, mas sim muitos de nós do mesmo lado da barricada. Concluindo: exactamente para evitar riscos/tentações/desejos/parvoíces de gestão autoritária da sociedade, o único caminho que conheço (e gostaria de o poder discutir) é precisamente os dos corpos intermédios e das élites. Vamos definir o que pudermos. Primeiro, não deixar o poder concentrado; segundo, muito menos deixar o poder exclusivamente na mão da classe política: é a única maneira de se evitar o risco que o Prof. Fraústo da Silva demarcou.

De qualquer modo, a questão que ponho (e aqui surge uma enorme conversa a ter com a Prof^a Teresa Ambrósio, mas que será sintetizada) é esta: julgo que faz sentido todas as sociedades humanas terem essa capacidade de produzir élites dirigentes, e nós, que estamos aqui fisicamente, porque ligados à educação, temos a responsabilidade de produzir élites dirigentes, que não são classes políticas. Porque classes políticas, melhores ou piores, há sempre. Isto por uma razão muito simples: as classes políticas, por questões de aparelho, são segregadas, produzidas mecanicamente, seja qual for o estilo de sociedade e o regime político. Há-as sempre: por mais criativos e imaginativos que queiramos ser, por mais "golden 60's" e por mais "hippies" que queiramos imaginar-nos (e já não estamos em idade de o fazer), há

sempre uma estrutura e um aparelho de poder - paciência! Quem não gosta come menos, mas é irrelevante; há sempre um aparelho de poder sob alguma forma. Esse é o papel da classe política, está lá sempre e, ainda por cima, é alimentada com o dinheiro que os outros produzem a trabalhar. É sempre assim, em toda a parte. Os especialistas de teoria do comportamento das sociedades animais sabem mais deste assunto do que muitos juristas, advogados ou políticos que, disso não percebem muito. O assunto é muito mais complicado e muito mais exigente, e por isso o risco que o Prof. Fraústo da Silva punha, no limite, é este: o agarrar do poder por uma estrutura política organizada, o que nem é muito difícil.

Por tudo o que disse, penso que o factor criativo e o factor dinâmico são essas élites, que são élites intelectuais, sem dúvida, e conscientes. Vejamos qual foi o seu papel na História Europeia. Vou dizer (pela primeira vez em público) algo que costumo dizer para mim próprio, desse modo despachando num minuto uma exposição mais ou menos confusa de 2 horas: a minha convicção irracional, pelo sentimento, que não posso demonstrar, é que suspeito fortemente que, se houvesse eleições livres e gerais, o Senhor Dom Miguel ganharia por uma esmagadoríssima maioria. Deixo, a todos vós, a conclusão quanto ao resto do raciocínio. Não o posso demonstrar, porque não sei o suficiente para o fazer, mas sinto que é isso - e aqui está a resposta à conclusão que tirou, que eu ainda não tirei e que queria que eu tirasse. Em suma, concluo exactamente o contrário. Quem fez a evolução na vida portuguesa como fez no resto da Europa, não foram os que tinham a maioria eventualmente.

Continuando. Dos comentários feitos, haveria ainda muitos assuntos que gostaria de aflorar; de Fraústo da Silva haveria mesmo muitas questões, mas acho que não vale a pena ir de uma a uma em pormenor, porque a sua intervenção foi mais que suficiente. Há, contudo, entre elas, um ponto em que eu gostaria de pegar, porque é muito parecido com a intervenção de Teresa Ambrósio: aquilo que, possivelmente, deu origem ao sentimento de desencanto em Fraústo da Silva, e que eu ajuízo não necessariamente como desencanto, mas talvez sim como um pouco de experiência acumulada. Todavia, há um facto subjacente com o qual eu não estou totalmente de acordo e acho que devo anunciá-lo e propor que o estudeis no Conselho: quer Fraústo da Silva, quer Teresa Ambrósio deixaram passar a seguinte ideia: não vale muito a pena estarmos a tentar moldar as coisas, a enformá-las, porque alguma coisa acontece sempre, sem que nós estejamos a procurar moldá-la. Se interpretei bem, pareceu-me que a visão de Fraústo da Silva sobre esta matéria era mais de re-leitura de uma experiência rica e cheia de acontecimentos, enquanto que a visão da Teresa Ambrósio era mais de abordagem no plano da criatividade, mas, no fundo, disseram o mesmo.

Sobre estas duas posições, quero exprimir o meu desacordo. Não tenho qualquer intenção de dizer que elas são uma forma de voluntarismo e não são; muito mesmo, um voluntarismo primário; são certamente uma recusa primária à importância do Homem e das Sociedades. Eu não consigo, talvez por efeito do sistema educativo que me educou, olhar para o mundo e dizer pura e simplesmente que não há nada a fazer, pois o Mundo evolui "de lui-même". Creio que todos nós temos uma tarefa na evolução das sociedades, mais ou menos conscientemente, mais ou menos lucidamente, por vezes fazendo sem

saber que o estamos o fazer; é tão simples quanto isso. Compreendo as posições dos biólogos, tenho até de alguma forma tentado acompanhar essa evolução. Percebo as inquietações dos nosso colegas no que respeita à leitura psicológica dos problemas. Mas, dito isso, há - se não a possibilidade, se não até, num limite, a responsabilidade - há, seguramente, margem para tentarmos organizar a evolução das sociedades. Aqui está um ponto em que não estou de maneira nenhuma, na posição dos meus dois amigos. Compreendo as objecções que apresentaram, mas não as aceito.

Finalmente, Fraústo da Silva levantou uma questão que eu classifico de pertinentíssima: aquilo a que chamou "um profundo irrealismo" em Portugal, na nossa gente, que somos nós. Não percebi bem se achava que eu também estava nesse irrealismo: primeiro achei que sim, mas depois percebi que não. Agora, há um ponto que ele sublinha e que quero identificar, devido ao seu interesse e porque está ligado com o anterior - nós somos capazes de fazer alguma coisa na evolução histórica, certamente não tudo, mas alguma coisa. Esta temática pode elaborar-se um pouco mais, até do ponto de vista teológico sobre o papel do homem na História, mas não é agora ocasião para tal.

Aquele ponto que quero referir do discurso de Fraústo da Silva é o seguinte: há uma noção errada dos recursos, da realidade e da circunstância, e cito: "não podemos comparar-nos (nós, portugueses) com países que, em última análise, não têm nada a ver connosco". Isto é, não faz sentido, nesta óptica da intervenção de Fraústo da Silva, que Portugal se compare com outros países em relação aos quais há diferenças muito acentuadas. Aqui suponho que ele, quando referia o

termo de comparação, pressupunha que, ao longo da história, esse termo sempre variou muito. Hoje faremos a comparação com países que, há 200 anos, porventura não existiam, ou eram países atrasados, outros haveria na altura mais evoluídos e nós cá estávamos, mas enfim, deixo isso de lado. É sobre este ponto que eu queria fazer um único comentário: tecnicamente, do ponto de vista puramente tecnocrático, isto faz sentido. Portugal tende a comparar-se naturalmente com os países mais avançados, nomeadamente do quadro europeu. Do ponto de vista evolutivo ou, mais profundo, do ponto de vista vivencial, ai de nós no dia em que nos deixarmos de comparar com os países mais evoluídos! Todo o tema da exigência, da vontade e do trabalho... bom, ficaríamos numa posição que, confesso, tenho imensa dificuldade em aceitar!

Há hoje pessoas que têm uma visão que eu denominaria de "satisfeita", quase contente, em relação à evolução portuguesa, nomeadamente a evolução nas últimas décadas, dizendo que, a partir dos recursos que havia, Portugal fez coisas excelentes e magníficas e que não podia ter feito mais. Eu lamento dizer que, embora compreenda a sua posição, não partilho desta opinião. Pergunto-me agora como é que esta questão seria posta em alguns outros países mas, sobretudo, tenho uma aversão muito grande a esta abordagem em termos do nosso futuro. Julgo que é útil que nós mantenhamos o grau de inquietação e o grau de exigência de, apesar de tudo, nos compararmos mais com a França e/ou Alemanha do que com os países que são efectivamente mais comparáveis connosco, de que eram bons exemplos, até aqui há uns 3 ou 4 anos, num plano meramente mecânico, a Polónia, a Hungria ou a Checoslováquia. A esse nível de rendimento, a esse nível de organização, eram realmente mais comparáveis com Portugal, mas eu

suponho que essa comparação pouco iria acrescentar. Por isso, era este um ponto muito limitado, sem nada de muito importante, mas que eu queria sublinhar para que não ficassem dúvidas quanto ao grau de exigências que devemos ter para connosco próprios.

Termino aqui, embora a minha vontade seja abordar os 7 pontos enunciados por Marçal Grilo. Mas, se o fizesse, estaria a usurpar as responsabilidades e as competências do C.N.E. Julgo que, sobre essa matéria, o Conselho terá a oportunidade de se pronunciar. Eu não irei, portanto, tirar qualquer parcela de criatividade a essa discussão.